



CPP

Conselho Pastoral dos Pescadores

Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, 4688
53.140 - Rio Doce - Olinda-PE - Fone (081) 431.1417

Olinda, 21 de fevereiro de 1992

AO CEDI

Prezados Companheiros do CEDI!

Nos dias 11 a 14 de fevereiro próximo passado, o Conselho Pastoral dos Pescadores, cujo presidente é o bispo de Juazeiro-BA, D. José Rodrigues, esteve reunido em Assembléia Geral Extraordinária. Um dos pontos principais da pauta era a questão do meio ambiente. Este ponto aparece em todas as reuniões e encontros, pois de um meio ambiente preservado e sadio depende a sobrevivência do pescador artesanal.

No nosso entender, é o próprio pescador que deve tomar as iniciativas. Nós estamos aí para assessorar, orientar, conscientizar, etc .

Uma vez que o Conselho Pastoral dos Pescadores não participa oficialmente no Forum Paralelo da ECO'92, embora muitos colegas e companheiros pescadores participem nos seus Estados de reuniões e debates em vista da ECO'92, enviamos a vocês o documento do Movimento Nacional dos Pescadores, que endossamos e subscrevemos, e pedimos a vocês que levantem no Forum Paralelo a sua voz em favor da categoria dos pescadores artesanais, defendendo as suas justas reivindicações.

Que a voz dos marginalizados possa ser ouvida no Forum Paralelo da ECO'92.

Atenciosamente,

Bernardo Siry
Bernardo Siry
Secretário Geral do CPP

ANEXOS:

1. Documento de contribuição à ECO'92 - MONAPE
2. Carta de Juazeiro
3. Propostas aprovadas no V Encontro do MONAPE
4. Carta da Assembleia Geral do CPP - fev. - 92

Copiado -> Forum da ONGs Bras em 2.3.92

MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES (MONAPE)

CAIXA POSTAL - 921

SÃO LUIS, - MA

CEP: 65.010

**Documento de Contribuição do Movimento Nacional dos Pescadores
(MONAPE) ao ECO - 92.**

Prezados Companheiros:

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada ECO-92, a ser realizada no Rio de Janeiro em Junho do próximo ano reunirá milhares de pessoas de todos os países do mundo, incluindo centenas de presidentes e chefes de Estado. Eles discutirão os problemas ambientais do planeta, a degradação dos recursos naturais, procurando encontrar maneiras do ser humano melhorar sua relação com a natureza e a qualidade de vida dos povos. É, sem dúvidas, a conferência internacional mais importante do final do século.

Além da Conferência Oficial, as Organizações não Governamentais estão preparando uma importante reunião para discutir temas ecológico a partir dos movimentos de defesa do meio ambiente e das comunidades que sofrem com a destruição dos rios, mares, estuários e lagoas.

O Governo Brasileiro, através da Comissão Interministerial para a preparação da ECO-92, elaborou um documento intitulado "Subsídios Técnicos para a Elaboração do Relatório Nacional", publicando em Julho deste ano e enviado para ser analisado pelos diversos segmentos da sociedade brasileira.

O MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores - acha fundamental colocar a posição dos pescadores artesanais em relação ao documento mencionado e também à ECO-92.

Em vários momentos, o documento menciona a questão da pesca e

da degradação ambiental dos nossos rios, estuários, represas e mares, em particular nos itens 6.2.2 do capítulo II ("Política pesqueira") e 10º do capítulo III "(Presões antrópicas sobre os ecossistemas costeiros e insulares)";

Infelizmente, este documento não reflete a situação real dos pescadores artesanais e em alguns momentos, apresenta uma imagem distorcida desses profissionais que contribuem de maneira fundamental para a produção global de alimentos do País.

Na página 57 deste documento, quando se analisa os conflitos entre a pesca artesanal e os barcos de pesca industrial, não se coloca de maneira clara como os pequenos pescadores são prejudicados pela ação predatória da pesca empresarial/industrial como um todo - ao contrário, estes setores são visto isoladamente, de forma estanque - nem como o baixo preço pago intermediário incita à sobrepesca além de rebaixar a qualidade de vida desses profissionais. No documento se afirma por exemplo, que os " pescadores artesanais concentram suas pescarias em áreas de criadouros naturais" como se eles fossem os únicos responsáveis pela captura de alevinos, não mencionando a ação de empresa de criação de camarão e ostras, a extrema poluição de estuários e mangues que acaba com a criação das espécies. Sobretudo não menciona os reais responsáveis que são as grandes empresas industriais, camaroneiras e de pesca que sobrevivem a custa de incentivos e créditos que não são concedidos aos pequenos produtores. Nesse aspecto, também à página 57, afirma-se que apenas 20% dos créditos do Banco Interamericano de Desenvolvimento se destinaram aos pescadores artesanais, quando a maioria dos beneficiários foram as empresas grandes ou pequenas.

O documento também não menciona como a criação de inúmeros parques e reservas ecológicas no litoral brasileiro foram criados sem consulta aos pescadores que vivem do uso de seus recursos naturais. Na verdade, se eles estavam precisamente pelo respeito que os pescadores artesanais tem pelos mesmos, dos quais dependem para viver. A criação dessas unidades de conservação tem levado sistematicamente à proibição das atividades pesqueiras e até à expulsão desses pequenos produtores de suas praias. Por outro lado, a fiscalização rigorosa sempre cai em cima do pescador artesanal, deixando de lado a pesca industrial, os barcos de arrasto, as serrarias e madeireiras, as empresas de palmito, etc. Esta atitude é profundamente injusta e coloca os pescadores artesanais e pequenos produtores litorâneos como vilões da história, causadores da

destruição ecológica, etc. Guiados por uma visão urbana dos problemas de conservação, os pseudo-ecólogos acabam penalizando quem necessita das águas limpas e não poluídas para alimentar sua família e a população brasileira, ou quem precisa dos mangues, enseadas e praias não controlados pelo especuladores imobiliários para o exercício da profissão.

O MONAPE considera que os movimentos ambientalistas são seus grandes aliados na defesa do meio ambiente, como fica demonstrado pela tradição de lutas conjuntas e pelo que foi definido em agosto de 1990 no Encontro de Juazeiro, cuja declaração transcrevemos adiante. No entanto, o MONAPE não aceita a idéia de que se possa protegê-lo sem a efetiva participação dos pescadores artesanais organizados. Estes, na verdade, sempre estiveram frente as denúncias contra a depredação do nosso litoral como atestam as diversas manifestações públicas realizadas em Pernambuco, Paraíba, São Paulo, Ceará, Maranhão, Pará, etc. Por causa disso, alguns de seus líderes foram perseguidos por usineiros e agentes da especulação imobiliária e outros grupos econômicos quando denunciavam o despejo de vinhoto em estuários, a ocupação e degradação dos estuários e praias, etc.

Em suma, o MONAPE acredita que o modo de vida das comunidade de pescadores pode ser uma garantia da preservação dos ambientes naturais, e, portanto, não pode haver defesa da diversidade biológica sem a defesa da diversidade das culturas humanas espalhadas pela costa e rios brasileiros.

Neste sentido, o MONAPE propões como um dos temas para estudos a defesa do meio ambiente e da pesca artesanal em seu Encontro Nacional realizado em Olinda, Pernambuco, de 23 a 27 de outubro de 1991. Para tanto, transcrevemos as propostas aprovadas. (Segue em anexo).

Olinda(PE), 27 de outubro de 1991.


p/ MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES

MONAPE

C. A. R. T. A. D. E. J. U. A. Z. E. I. R. O., 04 DE AGOSTO DE 1990

O Movimento Nacional de Pescadores, reunidos de 01 a 04 AGOSTO 1990 em Juazeiro-BA, com a participação de 17 Estados do Brasil.

CONSIDERANDO QUE

- O meio ambiente costeiro, de rios e lagos fornece os recursos alimentares, produtos e serviços para milhares de famílias brasileiras.
- O litoral, rios e lagos são espaços de habitação e trabalho de uma grande população de ribeirinhos e pescadores artesanais.
- É necessário se manter a produtividade natural, a qualidade das águas e solos desses ambientes.

DENUNCIA:

- Que o litoral, rios, e lagos estão sendo devastados e degradados pela poluição urbano industrial, pelo impacto dos grandes projetos - pela especulação imobiliária, pela pesca predatória, praticada por grandes barcos, pelos desmatamentos e queimadas, pelo despejo de vinhoto, mercúrio e DEJETO URBANO E INDUSTRIAIS;
- Que esses processos e atividades tem acarretado a diminuição das populações litoraneas e ribeirinhas.
- Que essas agressões continuadas e cada vez mais violentas atingem não somente os pescadores, vítimas imediatas desta devastação, mas todos os setores da Sociedade brasileira.
- Que os pescadores artesanais em sua luta pela preservação ambiental e defesa de seu modo de vida estão sendo vítimas da violência das mílicias privadas patrocinadas pelos grupos econômicos e políticos responsáveis por está degradação.
- Que o resultado da degradação ambiental diminui consideravelmente a qualidade alimentar dos recursos naturais.
- Que um dos valores mais atingidos é a riqueza e diversidades das culturas humanas litorânes e ribeirinhas que vivem em harmonia com esses ambientes.

EXIGEM:

1. Que medidas efetivas de proteção desses ambientes sejam tomadas pelo IBAMA e outros órgãos responsáveis.
2. Que os pescadores artesanais e suas representações de classe participem da elaboração e da política de medidas de fiscalização e conservação dos recursos naturais.

3. Que os pescadores artesanais não continuem sendo as únicas vítimas da fiscalização Governamental.
4. Que as autoridades garantem a integridade física dos pescadores e seus líderes quando se organizam e denunciam a devastação do meio ambiente, a expropriação de suas terras, de seus instrumentos de trabalho e de sua cultura.
- Que as conquistas constitucionais e legais sobre o meio ambiente sejam efetivamente cumpridas.

Juazeiro, 04 de Agosto de 1990

Movimento Nacional dos Pescadores.

PROPOSTAS APROVADAS NO V ENCONTRO DO MONAPE.

1. - Criação de áreas exclusivas para a pesca artesanal como forma de garantir a reprodução das espécies e reposição dos estoques pesqueiros;
 - Que a organização de pescadores artesanais, em conjunto com universidades e técnicos de governo, regulem o uso dessas áreas, devendo as organizações de pescadores administrar o seu manejo;
 - Que os defesos sejam definidos em nível local e regional após estudos, com a participação dos pescadores artesanais que sejam estabelecidas alternativas durante esse período com novos técnicos e seguro - desemprego.
 - Que seja garantido a posse em terrenos de Marinha e acrescidos aos pescadores artesanais, como também dar preferência no aforamento aos mesmos, reconhecendo seu interesse social para efeitos de desapropriação e fixação dos núcleos de pescadores, através de figuras jurídicas que garantam o uso coletivo desses espaços.
2. - Que seja elaborada uma nova lei de pesca e revista a legislação ambiental, levando-se em consideração as condições do ambiente, das espécies e do pescador artesanal.
 - Que o conceito de áreas de proteção ambiental vigente seja revisado, permitindo o uso dos recursos naturais (terrestres e aquáticos) pelo pescador e garantindo o direito histórico de permanência em suas áreas tradicionais;
 - Que os mecanismos de fiscalização, sejam realmente eficazes para impedir a invasão da pesca industrial nos territórios da pesca artesanal, que destrói o ambiente e os instrumentos do pescador.

Diante dos inúmeros problemas levantados (poluição industrial, desmatamentos, assoreamento de rios, aterro de manguezais, derramamento de petróleo e entre outros) foi proposto:

- Que as organizações de pescadores, em conjunto com outras organizações de trabalhadores desenvolvam instrumentos próprios e mecanismos de cobranças do governo, em relação aos danos

causados no meio ambiente pelas empresas poluidoras através de:

- indenização;
- eliminação da fonte poluidora;
- recuperação da área afetada.

Duas formas podem ser utilizadas pelos movimentos sociais:

- pressão para exigir o cumprimento da legislação por parte do governo;
 - ação judicial direta movida pelos atingidos pela poluição.
- Que haja participação no processo anterior a instalação das fontes poluidoras, lutando para impedir ou diminuir os impactos ambientais nas áreas a serem afetadas.

Que o MONAPE desenvolva canais de comunicação permanente com o movimento nacional dos atingidos por barragens, buscando estratégias comuns em relação ao impacto social e ambiental gerado pela criação de barragens rios e lagos.

- Que o MONAPE desenvolva de comunicação com entidades contrários ao uso de energia nuclear com vistas resguardar a vida dos pescadores artesanais na áreas de risco.

- Que o MONAPE incentive a implantação de programas de educação ambiental em suas bases, rescatando a cultura e história dos pescadores, as formas com que o pescador lida com o ambiente, desenvolvendo intercâmbio com outras entidades ligadas à educação, ao movimento popular e ao movimento ambiental.

Olinda, 27 de outubro de 1991.

A Coordenação

Amílcar R. Ramos



Olinda, 14 de fevereiro de 1992

O Conselho Pastoral dos Pescadores-CPP, em sua caminhada, levando em consideração a grave situação ecológica em que se encontra o nos-so país, e, ciente da importância do meio ambiente equilibrado para a sociedade, e em particular para os pescadores, pois os mesmos dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência, vem desenvolvendo conjun-tamente com os pescadores artesanais atividades de defesa e preservação da natureza.

Neste sentido, nas duas últimas décadas, promoveu estudos, deba-tes, manifestações, denúncias e documentos, entre outras coisas, em nív-el nacional, estadual e municipal.

Em vista da Conferência das Nações Unidas, sobre o Meio Ambien-te e Desenvolvimento - ECO'92, a ser realizada no Rio de Janeiro, em ju-nho próximo, dada a relevância deste evento, convocou uma Assembléia Ge-ral Extraordinária, que se realizou em Olinda-PE, nos dias 11 a 14 de fevereiro deste ano.

Depois de estudos e debates sobre esta problemática, decidiu , por unanimidade, dar seu apoio irrestrito e incondicional à luta dos pescadores artesanais.

Através desta, endossamos e subscrevemos o documento do Movimen-to Nacional dos Pescadores-MONAPE, aprovado no seu V Encontro Nacional, realizado em Olinda-PE, nos dias 23 a 27 de outubro de 1991. Tendo em vista, que este documento contém as justas reivindicações dos pescado--res artesanais.

*19. José Rodrigues de Souza
8. José Carlos Melo*

*Bernardo S. F.
R. Antônio P. P.*

Luiz Carlos de Almeida

*Luiz Henrique de Fátima
Antonio Nilton de F.*

*Depois de se reunir em Olinda
em 14 de fevereiro de 1992
Bismarck Haug de Souza
Selda M. Souza*

Paulo Aguiar
 Rosa Maria
 Dilma Rorato da Silva
 Manoel de Oliveira

Tiago Arcanjo
 Francisco da Silva Araújo
 Antivaldo Brito
 Guiza Ferreira de Oliveira
 Rogério de Albuquerque Cavalcanti
 Maria das Dores de Melo
 João Luiz S. Barbosa

[Faint handwritten text at the bottom of the page]